

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA- UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

SANDRO SOUZA DA SILVA

AGRICULTURA FAMILIAR E SEU POTENCIAL ORGANIZACIONAL
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Artigo de Conclusão de Curso

Cacoal – RO

2011

SANDRO SOUZA DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR E SEU POTENCIAL ORGANIZACIONAL
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

Artigo de Conclusão de Curso
apresentado a Fundação Universidade
Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de
Cacoal, como requisito parcial obtenção
do Título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profª MS. Simone Marçal
Quintino.

Cacoal – RO

2011

**ATA DE DEFESA DO ARTIGO DE CONCLUSÃO DE CURSO - CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO – 06 DE DEZEMBRO DE 2011.**

Aos 06 (seis) dia do mês de Dezembro de dois mil e onze, reuniu-se na Sala 01 – Bloco B do Curso de Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, a banca constituída pelos Professores: Prof^ª. Ms. Simone Marçal Quintino (presidente), Prof. Ms. Diogo Gonzaga Torres Neto (membro), e Prof. Ms. Otacílio Moreira de Carvalho (membro), para examinar o (a) candidato (a) SANDRO SOUZA DA SILVA na prova de defesa de seu Artigo de conclusão de curso intitulado: **AGRICULTURA FAMILIAR E SEU POTENCIAL ORGANIZACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**. O presidente da Comissão iniciou os trabalhos às 16:37 h, solicitando ao candidato que apresentasse resumidamente os principais aspectos de seu trabalho. Concluída a exposição, os examinadores argüíram alternadamente o candidato sobre os diversos aspectos do Trabalho. Após a argüição, a Comissão reuniu-se para avaliar o desempenho do (a) candidato (a), obtendo a nota final 95 (noventa e cinco). A ata segue assinada pelos membros da banca.

Cacoal / RO, 06 de Dezembro de 2011.


Banca Examinadora:



Prof^ª. Ms. Simone Marçal Quintino
Presidente



Prof. Ms. Diogo Gonzaga Torres Neto
Membro



Prof. Ms. Otacílio Moreira de Carvalho
Membro

AGRICULTURA FAMILIAR E SEU POTENCIAL ORGANIZACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL¹

Sandro Souza da Silva²

RESUMO:

Este estudo que trouxe como tema “A Agricultura Familiar e Seu Potencial Organizacional para o Desenvolvimento Local Sustentável” teve por objetivo principal identificar os fatores limitantes e impulsionadores das organizações da Agricultura Familiar que desenvolvem suas atividades com base nos princípios da Economia Solidária. Trata-se de identificar e caracterizar as organizações associativas e cooperativas que tem como público alvo os agricultores familiares atuantes no município de Ministro Andreazza, bem como, extrair do público organizado opinião sobre o papel dessas organizações no processo de impulsionadoras do desenvolvimento local. Como referencial teórico realizou-se levantamento histórico com a identificação do potencial da agricultura familiar em nível municipal, estadual e nacional, bem como sobre os modelos de organizações da agricultura familiar, aspectos do associativismo e do cooperativismo. A pesquisa foi descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa. O método utilizado foi o dedutivo com pesquisa de campo através da aplicação de questionário a 150 (cento e cinquenta) agricultores familiares, organizados entre as 12 (doze) associações rurais e as 2 (duas) cooperativas existentes no município de Ministro Andreazza. Entre os principais resultados, observa-se o envelhecimento com pouca renovação aliado baixo nível de escolaridade dos atores que desenvolvem a agricultura familiar no município, famílias com reduzida quantidades de membros que efetivamente desenvolvem atividades agropecuárias, enfraquecimento das organizações que organizam esses agricultores pelo fato do pouco retorno e apoio oferecido por essas organizações, enquanto potencial produtivo observa-se uma boa diversidade agropecuária com a criação de animais de pequeno, médio e grande porte e cultivo de culturas anuais e perenes, certa estabilização sobretudo através da posse e titularidade da propriedade. Para retomar a autoconfiança faz-se necessário investir mais nos agricultores e consequentemente em suas organizações para que possam servir de estímulos a partir dos retornos obtidos.

Palavras Chave: Agricultura Familiar. Associativismo. Cooperativismo. Economia Solidária.

INTRODUÇÃO

O presente estudo teórico e empírico apresentado pela temática ‘Agricultura Familiar e seu Potencial Organizacional para o Desenvolvimento Local Sustentável’, tem como objetivo geral identificar os fatores limitantes e impulsionadores das organizações da Agricultura Familiar que desenvolvem suas atividades com base

¹ Artigo apresentado à Universidade Federal de Rondônia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração sob a orientação da Profª Ms. Simone Marçal Quintino.

² Acadêmico do curso de Administração pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR *Campus* de Cacoal – RO. Rua Formosa, 3272, Ministro Andreazza – RO, e-mail: sandro-andreazza@hotmail.com, Telefone: (69) 9961.6259.

nos princípios da Economia Solidária e como objetivos específicos: identificar os diversos modelos de organizações da agricultura familiar, caracterizar as organizações de economia solidária instaladas no município de Ministro Andreazza, conhecer o potencial e a contribuição dessas organizações para o fortalecimento da agricultura familiar e identificar os fatores que interferem nas organizações da agricultura familiar.

O maior desafio é organizar o sistema de produção a partir das tecnologias disponíveis com o objetivo de ganhar escala e buscar nichos de mercado, agregar valor à produção e encontrar novas alternativas para o uso da terra e dos equipamentos acessíveis e utilizados de forma coletiva, garantindo também durabilidade dos recursos naturais, a qualidade de vida das famílias e o fortalecimento da agricultura. A partir desse processo será possível ampliar e fortalecer os mecanismos de apoio e organização, seja ele no que tange ao acesso a crédito, assistência técnica, pesquisa e aos meios de produção necessários, melhoria nos processos de produção, beneficiamento, processamento, transformação, industrialização, armazenagem e comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Economia Solidária é a forma de organização pelo qual os trabalhadores autônomos se organizam com uma visão de cooperação para resolver suas aspirações que, individualmente ou de forma desorganizada, não seria possível alcançar. Ao considerar o ser humano na sua integralidade como sujeito do desenvolvimento, a economia solidária expressa uma forma de organização socioeconômica, cultural e ambiental que valoriza o trabalho associado, à propriedade social e coletiva, a cooperação e a autogestão de empreendimentos coletivos em redes e cadeias solidárias articuladas.

Se, por um lado, este potencial organizacional contribui para a implementação do desenvolvimento, por outro, esses empreendimentos apresentam suas fragilidades, entre elas o processo de planejamento, organização, direção e controle interno que contempla o planejamento estratégico, plano de negócio, plano de ação e aplicação de mecanismos transparentes de gestão que garanta a democracia organizativa.

Com a aplicação da pesquisa foi possível identificar e qualificar as associações e cooperativas da agricultura da familiar existente no município de Ministro Andreazza, pois só assim poderá saber qual a proporcionalidade do público direto e indiretamente envolvido e beneficiado. Nessa perspectiva, as políticas públicas poderão proporcionar os meios necessários para que novas tecnologias tornem-se acessíveis a esses empreendimentos, valorizando sua função social e econômica.

Assim sendo, faz-se necessário conhecer e identificar, quantos e quais empreendimentos de economia solidária estão instalados no município de Ministro Andreazza, quais produtos e serviços são desenvolvidos por estes empreendimentos. Para tal, questiona-se: **Que fatores dificultam a gestão de empreendimentos econômicos de economia solidária formado pelo público da agricultura familiar?**

Apesar do tema Agricultura Familiar ser um seguimento de produção relevante, é pouco pesquisado e priorizado enquanto acesso a investimentos públicos e privado, tanto para acesso individual quanto coletivamente, prova disso é que somente em 2006 foi criada a lei 11.326 que rege as especificidades da agricultura familiar, outro dado é que também apenas em 2006 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em seu último senso agropecuário levantou dados separadamente sobre a Agricultura Familiar e Agricultura Empresarial e nesta revelou sua importância para a economia local, regional e nacional. Outro instrumento importante, porém, relativamente recente é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 2002, porém, um instrumento relevante de aporte financeiro específico para a categoria que até então tinha a mesmas especificidades entre os seguimentos familiares e empresariais. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA, 2010).

Com o presente estudo pretendeu-se conhecer, traçar o perfil e o comportamento da Agricultura Familiar na área de abrangência do município de Ministro Andreazza – RO, entre eles, os mecanismos organizacionais das organizações como as associativas e cooperativas como a gestão socioeconômica desses empreendimentos. O maior desafio é organizar o sistema de produção a

partir das tecnologias disponíveis com o objetivo de ganhar escala e buscar nichos de mercado, agregar valor à produção e encontrar novas alternativas para o uso da terra e dos equipamentos acessíveis e utilizados de forma coletiva, garantindo também durabilidade dos recursos naturais, a qualidade de vida das famílias e o fortalecimento da agricultura.

A partir desse processo é possível ampliar e fortalecer os mecanismos de apoio e organização, seja ele no que tange ao acesso a crédito, assistência técnica, pesquisa e aos meios de produção necessários, melhoria nos processos de produção, beneficiamento, processamento, transformação, industrialização, armazenagem e comercialização dos produtos da agricultura familiar.

1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O termo agricultura familiar no Brasil é usual e relativamente novo. “Até meados dos anos de 1990, falava-se em termos ‘pequena produção’, ‘pequena agricultura’, ‘agricultura de baixa renda’ ou até ‘de subsistência’, expressões que indicavam fragilidade e falta de perspectiva”, (KUSTER; MARTI; FICKERT, 2004, p 24). Nos últimos anos, a expressão agricultura familiar vem sendo usada por organizações não governamentais – ONGs, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais – STTRs, suas federações e confederações. Também o governo (união, estados e municípios) adotou a expressão e a partir daí vem dedicando parte do orçamento e implementando programas de apoio a implementação de políticas públicas para atender as especificidades e demandas da categoria.

Como aspecto legal, em 24 de julho de 2006, foi institucionalizado a lei de nº 11.326, que estabelece as diretrizes e conceitos para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Em seu artigo terceiro considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar

predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Portanto, a agricultura familiar diferencia-se de outros seguimentos produtivos rural, pois é aquela em que a família ao mesmo tempo detém a posse da terra e dos diversos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva, podendo produzir tanto a matéria prima ou agregar valor a produção primária e utilizá-la para o autoconsumo e para a comercialização do excedente, que pode ser diretamente ao consumidor ou a outros espaços de industrialização, atacadistas ou varejistas. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA, 2010).

Segundo o MDA (2010) a agricultura familiar compõe a parte mais significativa do Brasil rural e ocupa uma vasta diversidade de ambientes físicos, recursos naturais e ecossistemas. Está presente em todo o país e representa uma ampla variedade de princípios culturais, relações e formas de organizações sociais e alternativos e sustentáveis padrões tecnológicos que demonstra a diversidade do espaço rural brasileiro.

O Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2006 apresenta dados específicos e relevantes onde faz um comparativo entre agricultura familiar e a agricultura de grande porte, também denominada de agricultura empresarial. Mostrou que existem no Brasil 4,3 milhões de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, ou seja, representa 84,4% dos estabelecimentos rurais do país. São mais de 12 milhões de pessoas, que ocupam 24,3 % da área agricultável do país, mas respondem por 38 % da renda bruta do campo. A agricultura familiar alcança R\$ 677,00 por hectare ano. As cadeias de produção da agricultura familiar, responde hoje por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e 32 % do PIB do agronegócio. Mesmo com a pequena disponibilidade de área cultivável, a agricultura familiar emprega 74,4 % da mão de obra do setor e é responsável pela produção de 87 % da mandioca, 70 % do feijão, 46 % do milho, 34 % do arroz, 58 % do leite, 50 % de aves e 59 % dos suínos, enfim, a produção agropecuária da agricultura familiar responde por 70 % dos alimentos consumidos diariamente pelos brasileiros. A partir dos dados apresentados, observa-se que no Brasil a agricultura familiar cumpre o seu papel nas funções social, econômica, ambiental, cultural entre outras. (MDA, 2010).

1.1 AGRICULTURA FAMILIAR EM RONDÔNIA

O ponto de partida fundamental para a discussão e fundamentação da agricultura em Rondônia, se deu a partir do processo de ocupação que teve seu auge nas décadas de 1970 e 1980, neste período está a gênese de boa parte da atual estrutura de produção agropecuária do estado, que suportou altas taxas de crescimento populacional, com médias geométricas anuais de 15,74% em 1980, este crescimento foi quase totalmente determinado pela intensa migração das regiões centro-oeste e sul do país para Rondônia. Este processo de crescimento populacional trouxe como consequência um alto índice de desmatamento, resultando em grandes áreas ocupadas com pastagens ou com lavouras anuais, perenes e semiperenes. (AMARAL; NASCIMENTO; PAES, 2001).

A ocupação de Rondônia foi efetivada via BR 364, implantada na antiga linha telegráfica construída pelo Marechal Candido da Silva Rondon. Foi às margens dessa rodovia que aconteceu a implantação dos projetos de colonização denominados de Projeto Integrado de Colonização (PIC) nas regiões de Ouro Preto, Guajará Mirim, Cacoal, Colorado e Jarú e Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) na região de Ariquemes. No modelo PIC, o processo de assentamento foi feito pelo INCRA e de sua responsabilidade a distribuição de terras, a organização territorial, a implantação de serviço de infraestrutura como escolas, postos de saúde, estradas vicinais entre outras, neste modelo os assentamentos eram destinados a famílias de origem camponesa e com pouca estrutura socioeconômica. No modelo PAD, o colono deveria ser mais especializado do que um trabalhador rural, deveria ter mais conhecimento agrícola, recursos econômicos e experiência com relação a obtenção e gestão de crédito bancário. (AMARAL; NASCIMENTO; PAES, 2001).

Passadas as primeiras décadas do início da colonização agrícola, Rondônia vem tendo um papel econômico e social destacado na Região Norte e mesmo Nacional produzindo excedentes em vários produtos agropecuários de origem animal como carne, couro, leite, e seus derivados, e de origem vegetal como: café, cacau, feijão, arroz e milho além de extração e beneficiamento de madeira bruta. (AMARAL; CALDAS, 2002, p. 26).

O processo de Organização Social do estado de Rondônia tem em seu contexto uma história centrada na luta pela ocupação de uma fronteira que abriga trabalhadores “expulsos” de várias regiões do país onde a mecanização, a

concentração da terra e o monocultivo desocuparam a mão-de-obra existente. Somando-se a isso, o anseio pela propriedade da terra, como dádiva essencial e indispensável no processo de produção agropecuária. Com isso, Rondônia apresentava-se como ambiente favorável e propiciou um contingente considerável de trabalhadores a buscar formas para viabilizar suas atividades socioeconômicas e culturais. (DIAS, 2003).

Simultâneo a esse processo, surge no estado uma diversidade e variadas formas de organização. Ora por produtores rurais pela possibilidade de acesso às linhas de crédito concedidas por programas governamentais, especialmente as que condicionavam e vinculava a liberação das mesmas a partir de uma entidade associativa de produção rural, ora pela necessidade de encontrar nessas organizações a possibilidade de conquistar mecanismos coletivos para viabilizar os fatores de produção. (DIAS 2003).

A agricultura familiar na Amazônia encontra-se diante de um grande dilema. Se por um lado, os produtores rurais precisam conservar os recursos naturais, devido a sua importância para a produção de alimento, renda e bem estar, por outro lado, as condições de infraestrutura deficientes que predominam na região e o acesso restrito aos benefícios de políticas públicas de fomento e incentivo à produção, impedem que grande parte das famílias promova alternativas sustentáveis, a fim de efetivamente substituir os sistemas itinerantes, baseados no desmatamento e uso do fogo, que causam grandes prejuízos socioeconômicos e ambientais para a região. (PEREIRA, ALENCAR, ABREU, 2009, p. 1).

A forma tradicional de produção que inicialmente era baseado no corte e queima e utilização de produtos agroquímicos, tecnologias arcaicas que contribui diretamente para o êxodo rural, para a degradação do meio ambiente e dos recursos naturais, aos poucos vem dando espaço a novas tecnologias sócio agroambientais que valoriza o ser humano e os meios de produção a ele disponível.

1.2 AGRICULTURA FAMILIAR EM MINISTRO ANDREAZZA

O município de Ministro Andreazza tem sua origem ligada ao processo de ocupação das terras ao sul de Rondônia a partir da década de 1970 com o início da colonização pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Deu-se o início do desbravamento em 1975, com migrantes oriundos de vários estados brasileiro para colonizar as terras férteis da região, ainda pertencendo ao

município de Cacoal, à 27 km da BR 364. Como a população na região foi aumentando e devido a distância para a cidade de Cacoal-RO, surgiu-se a ideia de iniciar um povoado dando-se o primeiro nome de “Vila Formosa”. O seu desenvolvimento e consolidação ocorreram a partir do apoio do POLONOROESTE, Programa de Desenvolvimento implantado na região em 1982, com a criação do Núcleo Urbano de Apoio Rural (NUAR) e logo passa a ser denominada NUAR de Nova Brasília, assim construindo uma escola estadual de 1º grau, uma unidade de trânsito, escritório da EMATER e subsecretaria de educação, saúde, agricultura, administração e também um prédio que funcionava com posto de saúde. Todas essas obras foram construídas com recursos do POLONOROESTE. (IBGE, 2011).

Enquanto unidade federativa, Ministro Andreazza foi desmembrado do município de Cacoal e criado pela lei nº. 372 de 13 de fevereiro de 1992, a denominação Ministro Andreazza homenageia o coronel Mario Andreazza, ministro dos Transportes nas gestões dos presidentes Costa e Silva e Médici, e do Interior no governo de João Figueiredo, quando, aliás, se deu a transformação de Rondônia, então Território Federal, em Estado. (IBGE, 2011).

Quadro 1: Potencial organizacional rural do município de Ministro Andreazza

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Estabelecimentos agropecuários	Und	1.567
Área dos estabelecimentos agropecuários	Ha	70.691
Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários.	Und	5.965
*População do município	Und	10.352
População rural	Und	7.278

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006) e *Censo Demográfico (2010).

Quadro 2: Potencial produtivo rural do município de Ministro Andreazza

Discriminação	Nº de estabelecimentos	Unidade de medida	Quantidade
Bovinos	958	Cabeças	105.546
Leite	521	Litros	7227 (mil)
Café robusta	1119	Toneladas	2027

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006).

Em Ministro Andreazza a população rural economicamente ativa está vinculada à produção agropecuária, em propriedades familiares, com um sistema de produção que combina a criação de rebanhos bovinos de leite e corte com lavouras permanentes e temporárias. Destacam-se na produção agrícola as culturas de café, como principal produto comercial, seguidas pelo milho, feijão, mandioca, maracujá, citros, cacau, banana, cupuaçu, mamão e outros. Na produção pecuária, destaca-se a criação de rebanho bovino com aptidão para leite e corte, seguido pela criação de animais de pequeno e médio porte como suínos e aves. Esse potencial produtivo é voltado para o consumo familiar e comercializando o excedente ao mercado local. A comercialização da produção é feita comumente no período de safra, ocasião em que os preços não remuneraram seus custos.

1.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Para Dias (2003) a organização social nasceu e prevalece da necessidade que os indivíduos sentem de se fortalecerem uns com os outros. Desde os primórdios a organização dos seres humanos conserva uma estreita relação com as organizações de trabalho, o que entende que a necessidade de sobrevivência está intimamente ligada aos modelos de organização dos meios de produção, levando os seres humanos a buscarem as várias formas de organizar os meios de produção para desenvolver seus trabalhos.

A necessidade de trabalhar e viver melhor levam os seres humanos a buscar parceiros e relacionar-se para agrupar os diversos recursos com os quais viabilizará sua produção. Organizar é, portanto, o ato consciente de melhorar as estruturas para que sejam melhor utilizadas, minimizando custos e maximizando os resultados. Se de um lado, o trabalhador necessita de organizações fortes que defenda seus direitos trabalhistas, de cidadão, de ser humano, de consumidor etc.; do outro lado os meios de produção, com a crescente necessidade de competir com outros mercados, tendo que criar organizações para aumentar o poder de produção, de barganha e de rentabilidade. (DIAS, 2003).

Segundo (ZYLBERSZTAJN, 2000) *apud* (ALMEIDA; ROSA NETO, 2006), as instituições são a regra do jogo para funcionamento das sociedades, as mesmas

funcionam e são representadas por legislações e ao mesmo tempo por tradições e costumes que caracterizam e diferenciam as sociedades, isso significa que cada organização apesar de oferecer os mesmos produtos e/ou serviços são institucional e caracteristicamente diferenciadas. As organizações são representadas pelas estruturas que dão apoio ao funcionamento dos sistemas a todo o processo da cadeia de produção, entre os principais agentes organizacionais estão: as empresas públicas e privadas, universidades, instituições de pesquisa, extensão rural e representação da categoria de trabalhadores, cooperativas e associações de produtores, entre outras.

Ao passo que a população foi se desenvolvendo e os modelos de produção baseado no sistema capitalista foi se concretizando, gerou a necessidade de criar tipos de organizações que combatessem a exploração desenfreada dos trabalhadores ou dos meios primários de produção. Existem dois tipos mais comuns de organização: de luta e de produção econômica. As Organizações de Lutas são organizações de defesa dos interesses sociais, que visam à conquista dos direitos dos indivíduos e busca o respeito de seus direitos enquanto cidadão e trabalhador, entre essas organizações, as mais conhecidas são os sindicatos de classe e os movimentos populares. As Organizações de Produção Econômicas são organizações que visam dar ao conjunto de indivíduos as condições necessárias para consolidarem economicamente de forma coletiva, essas buscam atingir o social pelo econômico, ou seja, alcançar a qualidade de vida desejada por meio do dispêndio do trabalho coletivo, entre as organizações de produção econômicas mais conhecidas estão as cooperativas e as associações de produção. (DIAS, 2003).

A economia solidária pode ser entendida e definida como uma alternativa diferenciada de produzir, de vender, de comprar e de trocar o que for preciso e necessário para viver com satisfação. A característica mais comum e importante dos empreendimentos econômicos solidários é a autogestão. A manutenção e a administração são feitas coletivamente, de forma democrática, e os resultados são compartilhados entre todos. Os empreendimentos de economia solidária agregam tanto as iniciativas formais (de fato e de direito), como as informais (não necessariamente subordinada a uma legislação externa). (MTE; SENAES; FBES, 2007).

Um mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, revelou a existência de 14.959 empreendimentos econômicos solidários, em 2.274 municípios do Brasil (41% dos municípios do país). Em 2005, a maior parte dos empreendimentos solidários dedicava-se à agricultura e pecuária (64%). Os demais estavam voltados à prestação de serviços (14%), produção de alimentos (13%), indústria têxtil, de confecções e calçados (12%), artesanato (9%), indústria de transformação (6%), coleta e reciclagem de resíduos sólidos (4%) e finanças (2%). (MTE; SENAES; FBES, 2007, p.14).

Entre os principais empreendimentos econômicos solidários, estão: as cooperativas, associações populares e grupos informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nas cidades e no campo); cooperativas e associações de agricultores familiares; empresas recuperadas de autogestão (empresas falidas e que foram recuperadas pelos trabalhadores); fundos solidários e rotativos de crédito (organizados legalmente sob diversas formas jurídicas e também informais); clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social ou moeda comunitária); redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas; lojas de comércio justo; amigos, vizinhos e colegas que se organizam para fazer compras de insumos, beneficiamento pra agregação de valor à matéria prima e processos de comercialização solidárias, todo esse processo é utilizado tanto quem consome, bem como para quem produz, processa, armazena e comercializa de forma coletiva, entre outros. (MTE; SENAES; FBES, 2007).

Historicamente a essência do cooperativismo está na associação de pessoas que, com esforço próprio e ajuda mútua, tomando por base a liberdade, a justiça social e a solidariedade, satisfazem suas necessidades econômicas e sociais, através de uma organização, sem finalidades lucrativas e voltadas para oferecer qualidade de vida e a dignidade humana, cumprindo seus princípios tradicionais. (SANTOS; LIMA, 2001).

A cooperativa é uma associação de pessoas que se unem voluntariamente com objetivos comuns, no intuito de satisfazer seus interesses, sejam eles econômicos, sociais, políticos e culturais. A base das organizações cooperativas é a ajuda mútua, solidariedade, democracia e participação. Diferenciam das demais empresas por ser, ao mesmo tempo, uma associação de pessoas e também uma

empresa econômica, para desempenhar seu papel organizacional, deverá equilibrar as características econômicas e sociais. (DANTAS, 2003).

Segundo Dias (2003) o cooperativismo mundial é orientado por sete princípios básicos, a saber:

I) Adesão Livre e Voluntária: as cooperativas são organizações abertas de participação livre daqueles que estiverem aptos a contribuir com bens e serviços para o exercício da atividade objeto da organização. O indivíduo não será obrigado a aderir ou permanecer associado a uma cooperativa senão for de livre opção.

II) Gestão Democrática: o sócio, que representa um voto nas deliberações, participa ativamente da gestão dos negócios do empreendimento, prevalecendo a vontade expressa da maioria para a tomada de decisão na cooperativa.

III) Participação Econômica dos Associados: os sócios são responsáveis por fazer funcionar o empreendimento. A participação social é realizada através da integralização de quotas-parte. Os sócios contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. As sobras são alocadas de acordo com o estatuto social e o propósito dos cooperados.

IV) Autonomia e Independência: as cooperativas são organizações autônomas e independe de autoajuda e controlada por seus membros, as decisões são tomadas coletivamente em assembleias gerais.

V) Educação, Formação e Informação: as cooperativas devem oferecer mecanismos de conhecimento a seus cooperados, representantes eleitos e funcionários. Assim, podem contribuir efetivamente com seu desenvolvimento, formando líderes sobre os benefícios da cooperação. Este princípio alerta para a necessidade de formar quadros de sócios conscientes da doutrina sócio-organizacional onde estão inseridos.

VI) Cooperação entre Cooperativas: como o cooperativismo é uma proposta social abrangente, cooperar com outras cooperativas é um princípio natural

e essencial. As cooperativas trabalham em conjunto, através de estruturas locais, regionais aumentando a força do movimento cooperativo. As cooperativas associadas entre si gozam das prerrogativas do chamado “Ato Cooperativo” e consequentemente são beneficiadas por isenções tributárias previstas em lei.

VII) Interesse pela Comunidade: a cooperativa, para melhor sobreviver na sociedade, deve demonstrar em suas atitudes o interesse pelo meio em que está inserida, considerando para isso, desde a preservação ambiental e sustentabilidade socioeconômico, até a oferta de benefícios concretos para a sociedade.

No Brasil as cooperativas são legalmente regulamentadas pela lei 5.764 de 1971 e classificam-se de acordo com a área de atuação. Entre os ramos estão as cooperativas Agropecuária, seguimento constituído por produtores rurais que buscam aperfeiçoar o processo de produção, beneficiamento, industrialização, comercialização e consumo. As cooperativas de Crédito, prestam serviços a seus cooperados, como concessão de empréstimos, e outros produtos e serviços úteis e de interesse da sociedade. Outros ramos de cooperativismo identificados e em atuação no Brasil: Educacional, Pesca, Eletrificação e Telefonia Rural, Trabalho, Produção, Consumo, Habitacional entre outros. (DIAS, 2003).

A partir de 1990, com a expansão da globalização econômica, a política de privatização, o fomento ao intercâmbio internacional, a valorização da economia, a expansão do mercado consumidor, a presença necessária da modernização e a busca pela competitividade, junto ao esforço governamental pela justiça social foram fatores imprescindíveis que favoreceram o fortalecimento, a modernização e a expansão do cooperativismo no Brasil. (SANTOS; LIMA, 2001).

Associações são formas simples de organização, constituídas sem fins lucrativos, mesmo assim são formas de organização que vem crescendo e ganhando espaço nos últimos anos, principalmente pelos seguintes fatores: representam mais de perto os interesses dos associados; as decisões são tomadas nos níveis mais próximos dos envolvidos e de forma mais transparentes; os associados participam mais ativamente das atividades e por fim, as associações

sofrem menos intervenção política externa, em relação a outras formas de organização. (ARAÚJO, 2007).

Participar de uma associação tem a ver com a organização da agricultura familiar, pois as pessoas sozinhas não dispõem de força suficiente para alcançar seus objetivos, por isso é importante organizar-se em associação. Organizadas as pessoas poderão comprar melhor e mais barato; produzir melhor e em maior quantidade; beneficiar sua própria produção; vender em quantidades maiores; conseguir preço de venda mais alto; defender seus interesses. É importante ressaltar que só o fato de criar uma associação, não resolverá ou solucionará todas as situações pretendidas, é necessário que todo o grupo organizado tenha coesão em seus ideais e atuem conjuntamente, diretoria, conselheiros e o grupo de associados em geral. (EMBRAPA, 2006).

Várias são as possibilidades de acesso e desenvolvimento de mercados locais, as estratégias organizacionais passam pela realização de feiras livres direta do agricultor, abertura de armazéns e de mini mercado de comercialização de produtos da agricultura familiar, acesso a mercados institucionais como merenda escolar, creches, hospitais, cozinhas comunitárias, até a parceria com pequenos varejos, restaurantes e padarias locais, entre outros. (KUSTER; MARTI; FICKERT, 2004, p 77).

A articulação entre agricultores e trabalhadores permite conformar redes de produção e consumo, que fomentam a economia local, valorizam o trabalho e o produto internos, fazem os recursos circularem por dentro das comunidades, promovendo um círculo virtuoso de geração de renda e trabalho no âmbito local, onde há objetivos de superação da pobreza, fortalecimento da organização popular, conservação ambiental, restabelecimento de relações comunitárias de solidariedade; comuns a duas propostas (agroecologia e economia popular solidária) e aos dois públicos (urbano e rural), isto é atingido através da 'aliança dos pequenos'. (KUSTER; MARTI; FICKERT, 2004, p 79).

Para (DIAS, 2003) o que diferenciam as diversas formas de organização são os objetivos definidos pelo grupo, dentro dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. A expressão "organização social" dá-se pelo fato de as diversas formas de organizações (igrejas, associações, cooperativas, partidos políticos) agregarem e se manifestarem de acordo com os interesses das pessoas que as compõem. O registro oficial (organização de direito) faz parte da estratégia utilizada para o

alcance dos objetivos do grupo, representado pela entidade organizada, por exigência dos órgãos competentes, com o qual a organização pretende negociar e/ou firmar parcerias.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Ruiz (2002) a pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência. Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória com abordagem qualitativa e método dedutivo.

As técnicas de coletas de dados utilizadas foram pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, com utilização de questionário. Vergara (1998), diz que o questionário caracteriza-se por uma série de questões apresentadas por escrito ao respondente. Podendo ser aberto, semi ou não estruturado; ou fechado, estruturado. Neste artigo utilizou-se o questionário (APÊNDICE A) com 21 (vinte e uma) perguntas abertas e fechadas, de forma que o respondente fez escolhas, optando pelas alternativas previamente apresentadas ou mesmo pode apresentar suas opiniões.

Para a efetivação da pesquisa bibliográfica, ao longo da elaboração deste artigo foram identificados e selecionados materiais e informações idôneas referente a assuntos objeto da pesquisa por meio de livros, artigos, revistas, documentários, estas publicações foram tanto bibliográficas quanto netnográficas, com o objetivo de conceituar agricultura familiar, e apresentar o cenário da agricultura familiar no Brasil, em Rondônia e em Ministro Andreazza, pois, é a partir dessas informações que é possível identificar e fazer uma correlação entre os modelos de organizações existentes e as contribuições dessas organizações para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Os sujeitos da pesquisa foram 150 (cento e cinquenta) agricultores familiares organizados nas 12 associações e nas 2 cooperativas rurais da agricultura familiar instituídas na área de abrangência do município de Ministro Andreazza. Dentro dessas associações e cooperativas tem uma população de 572 (quinhentos e

setenta e dois) associados diretos e atualmente atuantes e desses foram selecionada uma amostra proporcional ao tamanho da população de cada organização. A margem de erro adotada foi de 7% (sete por cento) e os critérios de seleção da amostra foram determinados proporcionalmente a quantidade de membros atuantes verbalmente declarados por membros da direção de cada organização.

No município de Ministro Andreazza, existe um potencial organizacional da agricultura familiar, entre elas são 12 (doze) associações, e 2 (duas) cooperativas rurais, a saber:

a) Associação Famílias Organizadas (AFAOR), localizada na linha 03, lote 121, gleba 03, município de Ministro Andreazza, e uma população ativa de 25 associados.

b) Associação dos Produtos Rurais Vale do Corgão (ASPROVAC), localizada na linha 04, lote 123, gleba 04, município de Ministro Andreazza, e uma população ativa de 25 associados.

c) Associação dos Produtores Rurais da Linha Três (APRL 3), localizada na linha 03, lote 101, gleba 03, município de Ministro Andreazza, e uma população ativa de 22 associados.

d) Associação dos Produtores Rurais da Linha Dois (ASPRO 2), localizada na linha 02, lote 38, gleba 02, município de Ministro Andreazza, e uma população ativa de 21 associados.

e) Associação Rural Unidos Venceremos (ARUVE), localizada na linha 02, lote 22, gleba 02, município de Ministro Andreazza, e uma população ativa de 40 associados.

f) Associação Comunitária de Ministro Andreazza e Cacoal (ACOMAC), localizada na linha 03, lote 61, gleba 02, município de Ministro Andreazza, e uma população ativa de 30 associados.

g) Associação Agropecuária do Pé da Serra do Valério (APSEV), localizada na linha 04, lote 50, gleba 04, município de Ministro Andreazza, e uma população de 20 associados.

h) Associação dos Produtores Rurais da Mineração (ASPRORAM), localizada na linha 02, lote 55, gleba 02, município de Ministro Andreazza, e uma população de 27 associados ativos.

i) Associação de Produtores Rurais Unidos para o Progresso (APRUPP), localizada na linha 1-A, lote 12, gleba 01, município de Ministro Andreazza, e uma população ativa de 30 associados.

j) Associação de Energia Elétrica e Agropecuária (ENEAGRO), localizada na linha 02, lote 58, gleba 01, município de Ministro Andreazza, e uma população ativa de 35 associados.

l) Associação dos Produtores Rurais da Santa Rita (APRSR), localizada na linha 03, lote 37, gleba 02, município de Ministro Andreazza, e uma população ativa de 20 associados.

m) Associação dos Produtores Rurais José Gregório Costa (ASPROGRECO), localizada na linha 07, lote 112, gleba 07, município de Ministro Andreazza, e uma população ativa de 25 associados.

n) Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Ministro Andreazza (CREDITAG Andreazza), localizada na Rua Espírito, 5377, centro, município de Ministro Andreazza, e uma população ativa de 192 cooperados.

o) Cooperativa dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Ministro Andreazza (COOPERANDREAZZA), localizada na Av. Pau Brasil, 4956, centro, município de Ministro Andreazza, e uma população ativa de 60 cooperados.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A partir dos dados captados na pesquisa, confirma a predominância de pessoas do sexo masculino que estão inseridas e participam diretamente como associadas das organizações associativas e cooperativas da agricultura familiar no município de Ministro Andreazza, esse público é composto por 68% pessoas do sexo masculino, enquanto apenas 32% do sexo feminino estão inseridas nessas organizações.

No que se refere à faixa etária dos entrevistados, a pesquisa mostra que 84% são pessoas com idade acima de 31 anos. Analisando os dados aqui apresentados e fazendo uma comparação com o que se é observado na prática é possível concluir que estas organizações já estão passando por dificuldades de renovação e ampliação de seus quadros de associados. Bem como, é o retrato do amadurecimento/envelhecimento da mão-de-obra e da administração das propriedades de agricultores familiares.

No tocante ao nível de alfabetização dos entrevistados, a grande maioria, ou seja, 92% se consideram alfabetizados, porém a pesquisa retrata que 59% têm apenas o ensino fundamental, e desses 57% não possuem o ensino fundamental completo. Esses dados revelam o pouco conhecimento formal dos componentes da agricultura familiar, estando este público sujeito ou dependente de conhecimentos técnicos externos a sua realidade. Na prática é muito comum os pais orientarem e estimularem seus filhos a estudar, porém com o objetivo de deixar o meio rural e buscar nos centros urbanos outras fontes de renda.

Analisando o quadro 3 percebe-se que as famílias rurais organizadas são compostas predominantemente por três e quatro pessoas que juntos formam um percentual de 68%. Por outro lado nessas mesmas famílias observa-se que são poucos os membros que desenvolvem atividades na propriedade rural, de forma que 52% das famílias apenas um ou dois membros trabalham na agricultura. Fazendo uma correlação com a análise prática da situação é possível concluir que muitos jovens residem na propriedade com seus pais, porém procuram outras atividades extras para sua manutenção.

Quadro 3: Relação entre a composição e a utilização da mão de obra familiar na propriedade rural.

Quantidade	% Composição familiar	% Trabalham na propriedade
Um	-	12
Dois	16	40
Três	30	26
Quatro	38	16
Cinco	10	4
Não informaram	6	2

Fonte: Pesquisa realizada em Ministro Andreazza, outubro (2011).

Quando questionados sobre o alto reconhecimento profissional, 90% dos entrevistados declararam e se reconhecem enquanto agricultor. O quadro 4 retrata uma diversidade e um potencial produtivo da agricultura familiar no município, composto pela diversidade produtiva com o cultivo de culturas anuais e perenes, como também pela criação de animais de pequeno, médio e grande porte com aptidões para leite e carne, ovos entre outros, sendo esta diversidade produtiva utilizada tanto para o alto consumo, como comercializado para suprir outras demandas e necessidades da família e da unidade produtiva.

Quadro 4: Diversidade de produção e percentual de agricultores organizados que desenvolvem a atividade na propriedade rural.

Atividade de produção agrícola	% de agricultores
Café	78
Bovino de leite	48
Cultivo de horta	46
Milho	40
Criação de aves	38
Criação de suínos	34
Feijão	26
Laranja	24
Banana	24
Bovino de corte	22
Cacau	20
Limão	14

Arroz	10
Maracujá	8
Mamão	4
Criação de caprinos, abelhas, peixe	2
Não souberam ou não opinaram	1,3

Fonte: Pesquisa realizada em Ministro Andreazza, outubro (2011).

Outra constatação importante é a confirmação de que 90% dos agricultores são proprietários ou comodatários rurais, estas informações são importantes, pois representa a estabilização da agricultura familiar através da posse da terra legalmente constituída. Esta informação faz um diferencial no município de Ministro Andreazza, pois a região é de colonização antiga, de forma que praticamente todas as propriedades rurais possuem sua documentação de posse regularizada, através do Título Definitivo concedido pelo INCRA, Escritura Pública emitida pelos cartórios de registro a partir transferência ou subdivisão da terra a partir do título, bem como, outro documento bastante comum é os Contrato de Compra e Venda de Imóvel Rural, acompanhados do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR) e do Imposto Territorial Rural (ITR). Documentos esses importantes e essenciais no momento em que o agricultor precisa acessar linhas de crédito oficial, sobre tudo traves do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para ampliar, diversificar, incrementar ou agregar valor a produção da propriedade rural.

Quando questionados sobre o período em que estão organizados, observa-se na figura 1 que 66% dizem ter acima de 7 anos que estão ligados a uma associação no município, se por um lado é positivo o amadurecimento no processo organizacional, por outro, percebe-se o enfraquecimento das associações rurais por não ter novos membros para assumirem o processo e a condução dos trabalhos enquanto grupo organizado.

Ainda na mesma figura, observa-se que 19% estão em uma organização num período de 1 a 3 anos, é possível concluir que este público está retornando através das duas cooperativas, sendo uma de crédito (CREDITAG/Andreazza) e uma de produção e comercialização (COOPERANDREAZZA), sendo estas, organizações que agregam excepcionalmente agricultores familiares, com menos de

quatro anos de atuação no município e que tem como propósito oferecerem um mix produtos e serviços diferenciados e alternativos a agricultura familiar. Retomando Dias (2003), os seres humanos conservam uma estreita relação com a organização do trabalho e que pela necessidade de viver melhor buscam parcerias para que juntos possam melhor viabilizar os meios de produção. Estando organizados é possível melhorar as estruturas de forma a minimizar os custos e maximizar os resultados coletivos.

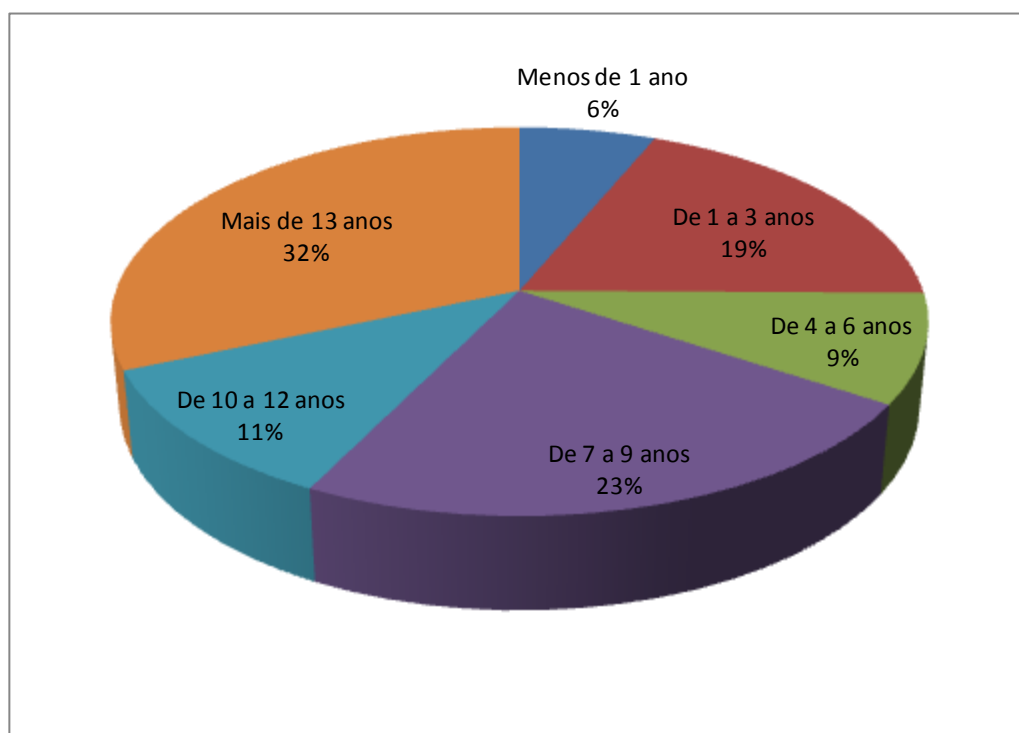


Fig. 1: Período em que estão organizados em uma associação ou cooperativa
 Fonte: Pesquisa realizada em Ministro Andreazza, outubro (2011)

Quando questionados sobre os fatores que motivou a constituição da associação ou cooperativa, observa-se na figura 2 que predomina com 48% os que declaram ser por incentivo de organização de apoio, sendo estas na prática o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI), como as que acompanham e fomentam as associações e cooperativas no município, sem perder de vista que 41% dos entrevistados consideram que a iniciativa da comunidade motivou a criação dessas organizações. Percebe-se que quando há interesse da comunidade, aliada ao apoio de

organizações afins é um fator perfeito para criar-se instrumentos que organizam o crédito, a produção, a comercialização da agricultura familiar.

Para Santos e Lima (2001) a essência do cooperativismo e associativismo está intimamente ligada a união das pessoas, que com esforço próprio e ajuda mútua, tomando por base a liberdade, a justiça social e a solidariedade, satisfazem suas necessidades econômicas e sociais.

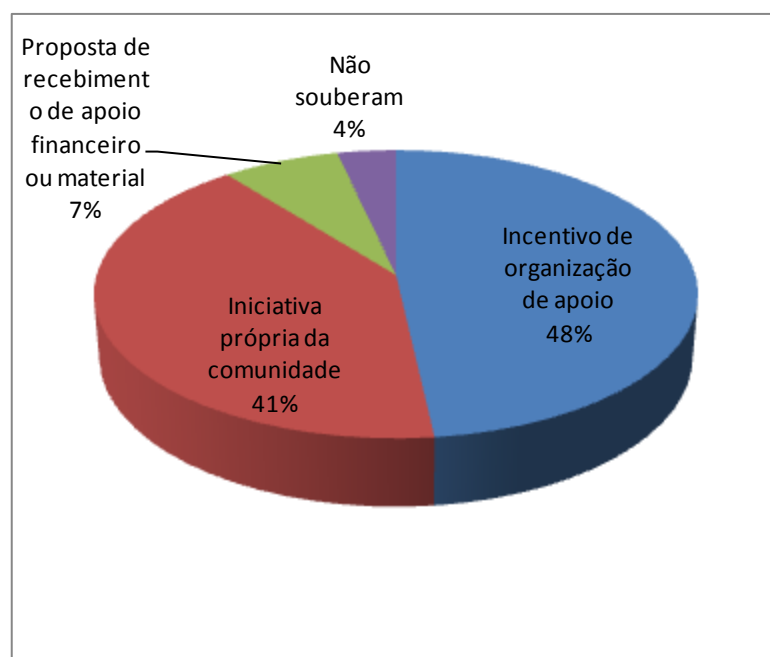


Fig. 2: Fatores que motivaram a constituição da associação ou cooperativa
 Fonte: Pesquisa realizada em Ministro Andreazza, outubro (2011)

O quadro 5 retrata e faz uma correlação onde os entrevistados expõem os produtos e serviços oferecidos pelas associações e cooperativas da agricultura familiar no município em relação a demanda reprimida desse mesmo público, e evidencia que 36% dos entrevistados necessitam de máquinas e equipamentos para implementar e agregar valor a produção, 28% necessitam de crédito, de apoio a comercialização e de capacitação através do acesso de cursos e palestras, 26% necessitam de apoio e incentivo no tocante ao preparo do solo para incrementar a produção e aumentar a produtividade. Um dado preocupante é que 14% dos entrevistados não souberam ou não opinaram sobre suas necessidades que poderiam ser resolvidas via associativismo ou cooperativismo, isso se presume em dizer que os mesmos podem não saber o papel e a função da organização no tocante à agricultura familiar.

Quadro 5: Produtos e serviços oferecidos pelas organizações e os mais demandados pelos agricultores organizados em associações e cooperativas.

Produtos ou serviços identificados	% que recebem	% de demanda
Disponibilidade de máquinas e equipamentos	40	36
Preparo de solo	13	26
Transporte	18	18
Beneficiamento	58	22
Armazenagem	30	18
Comercialização	34	28
Crédito	33	28
Disponibilidade de insumos e mercadorias	12	18
Oferecimento de cursos e palestras	17	28
Não souberam ou não opinaram	1	14

Fonte: Pesquisa realizada em Ministro Andreazza, outubro (2011)

O quadro 6 apresenta o índice dos principais fatores que motivam os agricultores a ingressar em uma associação ou cooperativa da agricultura familiar entre eles estão a consciência de conhecer as vantagens de estar organizados com 52% na opinião dos entrevistados, seguido com 50% de incentivo de familiares e amigos, 40% pela busca de recursos financeiros e serviços, e busca de assistência e apoio.

Para Araújo (2007) a associação entre pessoas vem crescendo e ganhando espaço pelo fato de que representam mais de perto os interesses dos associados; as decisões são tomadas nos níveis mais próximos dos envolvidos e de forma mais transparentes; os associados participam mais ativamente das atividades.

Isso significa que quando as pessoas sabem efetivamente o que querem e que individualmente existe a dificuldade de satisfazer seus anseios é a partir do associativismo e/ou do cooperativismo que é a união das pessoas com demandas e interesses semelhantes que estas dificuldades possam ser sanadas. Ao realizar uma relação comparativa entre os resultados apresentados entre os quadros 5 e 6, resume-se que os produtos e serviços oferecidos pelas associações e cooperativas torna-se como fator primordial para a satisfação dos agricultores junto a organização

na qual está inserido, bem como, é um fator determinante para a agregação de novos cooperados.

Quadro 6: Fatores que motivou o ingresso na associação ou cooperativa

Fator motivacional	% de agricultores
Conhecer as vantagens de estar organizados	52
Incentivo de familiares e amigos	50
Busca de recursos financeiros, serviços, assistência e apoio	40
Adquirir novos conhecimentos	34
Iniciativa própria	32
Proposta de incrementar a produção rural	22
Conseguir melhorias para a comunidade	20
Convivência e amizade entre as famílias	8
Não souberam ou não opinaram	1,5

Fonte: Pesquisa realizada em Ministro Andreazza, outubro (2011)

Sobre os fatores identificados que dificultam a atuação e funcionamento da associação ou cooperativa, o quadro 7 revela que com 64% a pouca atuação dos associados em suas organizações é o principal problema, seguido pela falta de comprometimento dos sócios com 56%, por outro lado a falta de planejamento das atividades feita coletivamente com todos os sócios, junto a má administração da diretoria é responsável por 56% da insatisfação de seus associados, isso retrata a necessidade de fazer investimento nas associações e cooperativas em capacitação do seu quadro de diretores, bem como, orientá-los no processo de planejamento e gestão dessas organizações, pois assim será possível reduzir o índice de insatisfações e retomar a atuação dos associados e comprometê-los em estar presente a atuante junto a sua organização.

Para Dantas (2003) entre as principais desvantagens do cooperativismo e de atuar de forma coletiva é que quanto maior o número de associados mais difícil é reunir os mesmos para as tomadas de decisão, sobretudo quando têm decisões que precisam ser tomadas em curto espaço de tempo, outro fator limitante é chegar em consenso sobre tomada de determinadas decisões, tendo em vista que nesses tipos de organizações precisa estar inserido o princípio da 'Gestão Democrática', onde a maioria dos membros precisam consentir a tomada de decisão.

Quadro 7: Problemas que dificultam a atuação e o funcionamento da associação ou cooperativa.

Fator motivacional	% de opiniões
Pouca atuação dos associados	64
Falta de comprometimento dos sócios	56
Falta de planejamento e má administração	28
Baixa participação nos resultados	22
Falta de profissionalização	14
Conflitos internos e não atendimento das necessidades	8
Falta de controle	4
Concentração de poder e informações	2
Não souberam ou não opinaram	8

Fonte: Pesquisa realizada em Ministro Andreazza, outubro (2011)

A figura 3 apresenta informações sobre a atuação e a opinião do agricultor para com a sua organização. Sobre o processo de planejamento e orçamento das atividades da associação ou cooperativa se é feito em conjunto com os associados 80% diz que sim e ressalta a importância de “buscar envolver todos os associados na organização; sempre é aprovado na assembleia geral; é o dever da diretoria junto aos sócios fazerem este trabalho”, outros 18% dizem que não, e ressalta que é “só com a diretoria”.

Quando questionados se já atuou ou atua na diretoria ou conselho fiscal da associação ou cooperativa 53% diz que não, como é evidenciado no extrato de verbalização do E5 “a falta de oportunidade; não tive interesse; por falta de meu esforço em participar; estou em formação universitária; não ouve interesse; falta de disponibilidade de tempo; ainda não fui convidada; acúmulo de outros compromissos; por desenvolver outras atividades”, porém, 41% responderam que sim e reforça a necessidade de “contribuir com a organização; para estar a parte das decisões”, conforme percepção do E64. A partir das informações obtidas evidencia-se que existe uma considerável falta de comprometimento do agricultor com a sua organização, de forma que o mesmo se vê como cliente e beneficiário e não como detentor de um empreendimento de posse coletiva. No momento de eleição é muito comum observar os agricultores não se disponibilizarem para compor enquanto diretor ou conselheiro fiscal e quando aceitam preferem assumir cargos tidos como

de menos relevância como os vice diretores ou os suplente de conselheiros, a partir dessa constatação, resume-se no enfraquecimento, fragilização dessas organizações.

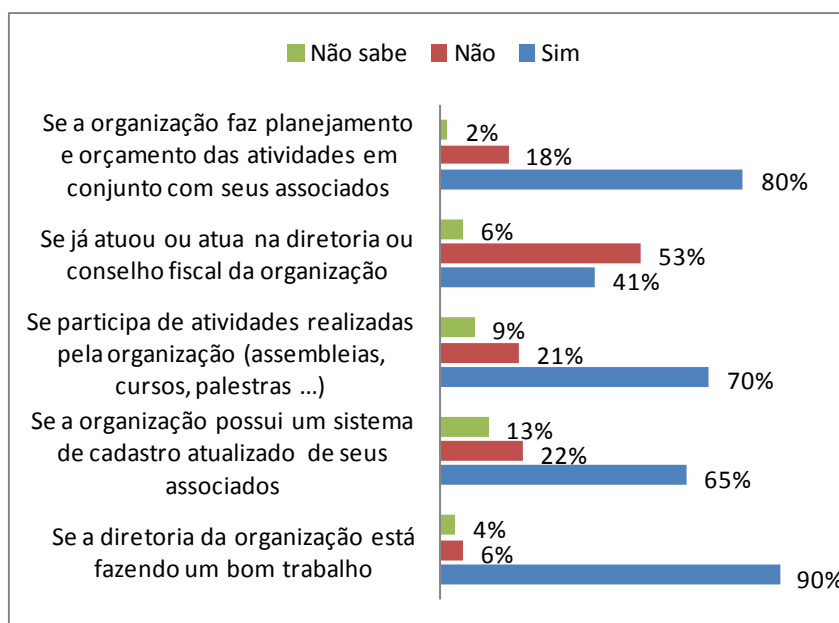


Fig. 3: Opinião sobre o processo de gestão organizacional
 Fonte: pesquisa realizada em Ministro Andreazza, outubro (2011).

No que se refere à participação nas atividades promovidas pelas organizações 70% dizem acompanhar e reforça que somente “quando tenho disponibilidade; sempre que posso; para adquirir novos conhecimentos; direito e dever do sócio; para melhorar o conhecimento e manter-se atualizado na associação” (E43), por outro lado 21% dos associados dizem não ter participado das referidas atividades e ressalta que “ainda não recebi convite; falta de comunicação entre os membros (sócios)”, conforme verbalização do E23.

Quando questionados se a organização possui um sistema de cadastro atualizado de seus associados 65% dizem que sim, porém 22% dizem que não e 13% não opinaram ou desconhecem a respeito. Fazendo uma análise sobre esses dados verifica-se que é considerado alto o índice de organizações que não dispõe de um cadastro atualizado de seus associados e dos que declaram desconhecer a respeito, pois é através desses mecanismos que é possível a organização fazer um trabalho voltado para seus associados.

Em relação se as diretorias das organizações estão fazendo um bom trabalho, a figura 4 retrata que 90% dizem que sim, conforme verbalização do E74 “transparência e comprometimento; procura atender as necessidades dos sócios; compra de mercadoria, milho, adubo etc.; eles trabalham sério e são bem transparentes; apesar dos problemas, força de vontade; ajuda e muito o agricultor familiar; porque a situação dos produtores vem melhorando; por serem dedicados; até agora não houve nenhuma falha; pessoas comprometidas; está conseguindo atender as expectativas; tem buscado melhor atendimento e repassando informações; comprometimento de causa; devido aos vários benefícios conseguidos; vem aumentando o número de cooperado”. Por outro lado, apenas 6% dos insatisfeitos declaram que a diretoria das organizações não vem desenvolvendo um bom trabalho, evidenciado pelo E32: “falta de comprometimento com a associação; concentração de poder; não atende as necessidades; falta de informação”.

Quanto às vantagens de participar de uma associação ou cooperativa, a figura 4 evidencia que os entrevistados dividiram suas opiniões, de forma que 28% dizem que uma boa vantagem é adquirir insumos a menor preço, outros 23% dizem ser devido a possibilidade de comercializar seus produtos a preço mais vantajoso, porém 19% dizem ser pela possibilidade de acessarem cursos de formação e devido a necessidade de comprovação da atividade rural para fins previdenciários.

Para Dantas (2003) as pessoas encontram na cooperação soluções para os problemas econômicos e sociais. Santos e Lima (2001) reforçam que o cooperativismo é um produto de séculos da evolução humana e está intrinsecamente ligada a arte de identificar meios de sobrevivência, ou mesmo de viver melhor diante das dificuldades de cada dado momento. Por isso resume-se que não tem uma receita pronta e própria, pois cada pessoa que está ligada na associação ou cooperativa vê a organização na qual está inserido de forma específica, de acordo com seus desejos e necessidades. Da mesma forma que cada organização tem uma cultura própria que a caracteriza e por mais que ofereça os mesmos produtos e/ou serviços apresenta-se de forma diferente e específica de acordo com o público ou mesmo pelos gestores que estão à frente da coordenação cotidiana do processo.

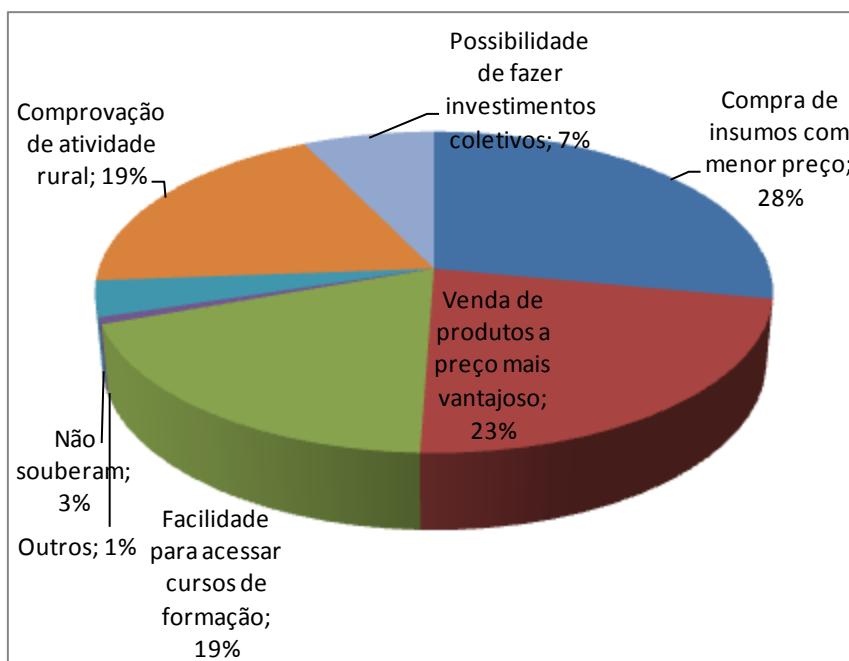


Fig. 4: Vantagens em participar de uma associação ou cooperativa.
 Fonte: Pesquisa realizada em Ministro Andreazza, outubro (2011).

Ao analisar as organizações em que os entrevistados estão inseridos percebe-se a presença de agricultores em todas as associações e cooperativas instituídas no município de Ministro Andreazza. É possível concluir que boa parte dos agricultores que estão inseridos em mais de uma organização, sobretudo, em uma associação situada na zona rural ou em uma e até mesmo nas duas cooperativas, isso se dá devido a diferenciação de produtos e serviços que estas organizações oferecem. Isso significa e reforça a necessidade dessas organizações em estarem cada vez mais próximas. Dias (2003) apresenta um dos princípios do cooperativismo que é a “Cooperação entre Cooperativas”, dessa forma, as organizações que trabalham e desenvolvem suas atividades de forma articuladas é possível fortalecerem suas estruturas locais, aumentando a força do movimento organizacional e consequentemente os resultados coletivos acumulados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Economia Solidária é a forma de organização pelo qual os trabalhadores autônomos se organizam com uma visão de cooperação para resolver suas aspirações que, individualmente ou de forma desorganizada, não seria possível alcançar. Ao considerar o ser humano na sua integralidade como sujeito do

desenvolvimento, a economia solidária expressa uma forma de organização socioeconômica, cultural e ambiental que valoriza o trabalho associado, à propriedade social e coletiva, a cooperação e a autogestão de empreendimentos coletivos em redes e cadeias solidárias articuladas.

A agricultura familiar ocupa um lugar de destaque no cenário do município de Ministro Andreazza, principalmente no que tange a economia, cultura, meio ambiente, produção, organização social, geração de emprego e renda, captação de recurso entre outros. Por sua vez os instrumentos de organização existentes como o associativismo e o cooperativismo, têm a função de otimizar os recursos disponíveis e/ou passíveis de serem acessados, resultando em retorno aos empreendimentos produtivos da agricultura familiar. A pesquisa possibilitou conhecer melhor e identificar, quantos e quais empreendimentos de economia solidária estão instalados em Ministro Andreazza e quais produtos e serviços são desenvolvidos pelos mesmos.

Ministro Andreazza é um município de pequeno porte, e com uma população de 70% (IBGE 2010) que residem na zona rural, desta forma é possível concluir que a sua base econômica está diretamente ligada às atividades da agricultura familiar com a criação de animais de pequeno, médio e grande porte e cultivo de culturas anuais e perenes. Ficou evidente nos resultados da pesquisa o perfil e a opinião dos agricultores familiares que estão organizados em alguma associação ou cooperativa, sua composição familiar e a mão de obra disponível para atuar na unidade rural, o potencial produtivo que resulta no fortalecimento da agricultura e na economia local, a relação do agricultor e sua unidade produtiva com associação ou cooperativa ao qual estão inseridos, os produtos e serviços oferecidos por estas organizações e a demanda reprimida dos agricultores familiares, as vantagens e os fatores limitantes dessas organizações junto a seu público alvo.

Enquanto pontos fortes detectados na pesquisa estão o potencial que a agricultura familiar incide sobre o município de Ministro Andreazza, sobretudo no que tange ao processo organização social, a economia, a diversificação produtiva da agropecuária, a estabilização socioeconômica das unidades produtiva, entre outras. Por outro lado, o envelhecimento sem renovação de quadros tanto nas propriedades

rurais como nos instrumentos de organização dos agricultores atrelado ao pouco resultado efetivo que as associações têm dado aos agricultores resume-se em pontos essenciais que precisam ser trabalhados.

Em trabalhos futuros desta natureza é importante ampliar a pesquisa e buscar a opinião não somente aos que estão essencialmente atuantes em algum tipo de organização de agricultores, porém buscar também opiniões dos que estão a margem do processo organizacional, bem como os que estiveram em algum tipo de organização e por motivos diversos preferiram e estão atuando de forma individualizada. Outros fatores essenciais e que tem reflexos diretos no desenvolvimento local e que podem ser levados em consideração são os programas públicos criados visando fortalecimento da agricultura familiar, estão efetivamente sendo acessados pelo público alvo e revertendo em resultados satisfatórios a que realmente necessitam ou estão sendo desvirtuados e acessados por outros públicos e não pelos agricultores familiares.

É possível concluir, portanto que existe uma quantidade considerável de organizações (associações e cooperativas) e de famílias de agricultores nelas inseridos, porém observa-se a necessidade de melhor investir na infraestrutura desses empreendimentos para que os mesmos possam ser vislumbrados como oportunos para incrementar, diversificar e agregar valor a produção rural, bem como, investir em mecanismos de formação e capacitação de agricultores e dos dirigentes dessas organizações para que os mesmos possam reconhecer seu potencial, e que juntos venham ter mais retorno socioeconômico a partir de seus meios de produção.

REFERÊNCIAS

- 1 AMARAL, Januário; CALDAS, Fabíola Lins (Orgs.). **Pesquisa na Amazônia:** intervenção para o desenvolvimento. Porto Velho/RO: edufro, 2002.
- 2 AMARAL, Januário; Nascimento, Maria das Graças Silva; Paes, Marluce Souza (Orgs.). **Pesquisa na Amazônia:** intervenção para o desenvolvimento. Porto Velho/RO: EDUFRO, 2001.
- 3 DANTAS, Ivanildo Pereira. **Cooperativismo de crédito rural:** para todos e para todas. João Pessoa/PB: RES's, 2003.
- 4 DIAS, Maria Irenilda Sousa. **Organização social:** somando recursos, minimizando custos, maximizando resultados. Porto Velho/RO: EMATER/RO, 2003.
- 5 EMBRAPA. **ABC da agricultura familiar:** como organizar uma associação. Brasília/DF: CW Produções LTDA, 2006. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/item/11937/2/00078740.pdf>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2010.
- 6 FICKERT, Udo; KUSTER, Angela; MARTÍ, Jaime Ferré (Org.). **Agricultura familiar, agroecologia e mercado no norte e nordeste do Brasil.** Fortaleza/CE: Fundação Konrad Adenauer, DED, 2004.
- 7 IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rondonia.pdf>. Acesso em: 26 de junho de 2011.
- 8 IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/csv.php?tabela=censoagro2006&codmun=110120&nomemun=Ministro%20Andreazza>>. Acesso em: 26 de junho de 2011.
- 9 MDA. **Um novo Brasil rural.** Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2010.
- 10 MTE; SENAES; FBES. **Economia solidária, outra economia acontece:** cartilha da campanha nacional de mobilização social. Brasília/DF: CECIP, 2007.
- 11 PEREIRA, Lauro Charlet; ALENCAR, Maria de Cléofas Faggion; ABREU, Lucimar Santiago. **Agricultura familiar na região de Ouro Preto d' Oeste-RO:** caracterização do sistema de produção. Disponível em: <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&source=hp&q=agricultura+familiar+em+rondonia&aq=0&aqi=g10&aql=&oq=Agricultura+familiar+em+&gs_rfai=>>. Acesso em 26 de outubro 2010.
- 12 ROSA NETO, Calixto; ALMEIDA, Clóvis Oliveira de. **O agronegócio da fruticultura em Rondônia:** um diagnóstico. Porto Velho: Embrapa Rondônia e Sebrae-RO, 2006.

13 RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica:** guia para eficiência nos estudos. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

14 SANTOS, Antonio Carlos; LIMA, Juvêncio Braga. **Gestão da moderna cooperativa:** Série administração rural, manual nº 223. Viçosa – MG: CPT, 2001.

15 VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1998.

ANEXO

ANEXO A:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa referente à temática: Agricultura Familiar e seu Potencial Organizacional para o Desenvolvimento Local Sustentável', pesquisa está que visa qualificar, caracterizar, estudar, avaliar e potencializar as organizações que atuam com a agricultura familiar no município de Ministro Andreazza. Caso em concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador (a) ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o endereço os contatos do pesquisador principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

GRADUAÇÃO: Administração – Universidade Federal de Rondônia – *Campus Cacoal*.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Sandro Souza da Silva

ENDEREÇO: Rua Formosa, 3272, centro, Ministro Andreazza –RO.

TELEFONE: (69) 9961.6259.

E-MAIL: sandro-andreazza@hotmail.com.

OBJETIVO GERAL: Analisar o potencial, a diversidade e os limites das organizações da Agricultura Familiar que desenvolvem suas atividades com base nos princípios da Economia Solidária.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estudar os diversos modelos de organizações da agricultura familiar.
- Caracterizar as organizações de economia solidária instaladas no município de Ministro Andreazza.
- Avaliar o potencial e a contribuição dessas organizações para o fortalecimento da agricultura familiar.
- Verificar os fatores que interferem nas organizações da agricultura familiar.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: se concordar em participar da pesquisa, você terá que responder a um questionário sobre sua percepção e satisfação em atuar em uma organização da agricultura familiar situada na área de abrangência do município de Ministro Andreazza - RO, o referido questionário contém 19 questões (discursiva e objetiva) referentes ao tema. Os dados coletados serão coletados, analisados e tabulados para fechamento da dissertação do artigo e graduação em administração UNIR - Universidade Federal de Rondônia.

RISCOS E DESCONFORTOS: a pesquisa não oferece nenhum risco ou prejuízo ao participante.

BENEFÍCIOS: trará as organizações afins (associações e cooperativas) bem como as organizações públicas e privadas da apoio a agricultura familiar a possibilidade de apoio financeiro e institucional.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Não haverá nenhum gasto ou pagamento com sua participação.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Garantia de sigilo que assegure a sua privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os dados e o seu nome não serão divulgados.

Assinatura do Participante: _____

APÊNDICE

APÊNDICE A:

QUESTIONÁRIO

TCC: Tema “Agricultura Familiar e seu Potencial Organizacional para o Desenvolvimento Local Sustentável”.

1. Sexo:

() masculino () feminino.

2. Idade:

() menor de 20 anos; () 21 a 25 anos; () 26 a 30 Anos;
 () 31 a 35 anos;
 () 36 a 40 anos () 41 a 45 anos () 46 a 50 anos
 () Acima de 51 anos

3. Escolaridade:

Alfabetizado () sim () não;

Se sim:

Ensino fundamental () completo () incompleto;
 Ensino médio () completo () incompleto
 Ensino superior () completo () incompleto;
 Outro:

4. A unidade familiar atualmente é composta por quantos membros?

() um; () dois; () três; () quatro; () cinco; () ou mais, quantos? _____

5. Quantos membros da família trabalham na propriedade?

() um; () dois; () três; () quatro; () cinco; () ou mais, quantos? _____

6. Qual é a sua profissão?

() agricultor; () pecuarista; () extrativista; () outro, qual? _____

7. Quais os principais produtos da unidade produtiva rural compõem a sua economia familiar? (múltipla resposta)

() café; () mamão; () banana; () limão; () laranja; () cacau; () maracujá; () feijão; () milho; () arroz; () hortas; () rebanho leiteiro; () rebanho de corte; () criação de aves; () criação de suínos; () criação caprinos/ovinos;
 () outras, qual? _____

8. A situação funcional na unidade produtiva rural é como?

() proprietário; () comodatário; () meeiro; () arrendatário; () assalariado rural;
 () outros, qual? _____

9. Há quantos anos está organizado em uma associação/cooperativa?

() menos de 1 ano; () de 7 a 9 anos;
 () de 1 a 3 anos; () de 10 a 12 anos;
 () de 4 a 6 anos; () mais de 13 anos.

10. Que fator motivou a constituição da associação/cooperativa?

- () iniciativa própria da comunidade; () proposta de recebimento de apoio financeiro ou material.
- () incentivo de organização de apoio; () outras, qual? _____

11. Quais produtos ou serviços a associação/cooperativa dispõe e oferece para sua unidade produtiva rural? (múltipla resposta)

- | | | |
|----------------------|-------------------------|------------------------|
| () transporte; | () compra e repasse de | () disponibilidade de |
| () beneficiamento; | insumos e mercadorias; | máquinas e |
| () armazenagem; | () preparo do solo; | equipamentos; |
| () comercialização; | | () oferecimento de |
| () crédito; | | curios e palestras. |
- () outras, qual? _____

12. Quais outros produtos ou serviços seriam oportunos a associação/cooperativa oferecer a seus componentes? (múltipla resposta)

- | | | |
|----------------------|-------------------------|------------------------|
| () transporte; | () compra e repasse de | () disponibilidade de |
| () beneficiamento; | insumos e mercadorias; | máquinas e |
| () armazenagem; | () preparo do solo; | equipamentos; |
| () comercialização; | | () oferecimento de |
| () crédito; | | curios e palestras. |
- () outras, qual? _____

13. Que fator motivou seu ingresso na associação/cooperativa? (múltipla resposta)

- | | |
|--|---|
| () iniciativa própria; | () Conseguir melhorias para |
| () incentivo de familiares ou amigo; | comunidade; |
| () conhecer as vantagens em estar organizado. | () Convivência e amizade entre famílias; |
| () proposta de incrementar a produção rural; | () Adquirir novos conhecimentos; |
| () Busca de recursos financeiros e serviços; | () Busca de assistência e apoios; |
- () outras, qual? _____

14. Quais os principais problemas identificados que dificultam a atuação e um bom funcionamento da associação/cooperativa? (múltipla resposta)

- | | |
|--|--|
| () má administração da diretoria; | () Existência de conflitos internos; |
| () não atender as necessidades dos membros; | () falta de controle das atividades; |
| () falta de comprometimento dos associados; | () Baixa participação dos associados no faturamento da cooperativa; |
| () concentração de poder; | () Baixa participação dos sócios nas assembléias gerais; |
| () concentração de informações; | () Falta de profissionalização em diversas atividades; |
| () falta de planejamento das atividades; | |
- () outras, qual? _____

15. Você considera que a diretoria da associação/cooperativa está desenvolvendo um bom trabalho?

- () sim; () não, Por quê? _____

16. **Você sabe se a associação/cooperativa possui um sistema de cadastro atualizado de seus membros, que possa auxiliar na execução de suas atividades?**
☐ sim; ☐ não.
17. **Você participa de atividades como assembléias, cursos, palestras, entre outras promovidas pela associação/cooperativa?**
☐ sim; não ☐ não, por que? _____
18. **Você já atuou ou atua na diretoria ou no conselho fiscal da associação/cooperativa?**
☐ sim; não ☐ não, por que? _____
19. **A associação/cooperativa faz planejamento e orçamento de suas atividades conjuntamente com seus associados?**
☐ sim; ☐ não, por que? _____
20. **Quais as vantagens de participar de uma associação e/ou cooperativa? (múltipla resposta).**
☐ compra de insumos com menor preço; ☐ possibilidade de fazer investimento coletivo com recurso público;
☐ venda de produtos a preço mais vantajoso; ☐ facilidade para acessar cursos de formação;
☐ comprovação de atividade rural para fins de benefício previdenciário;
☐ Outros _____
21. **Qual (is) organização (ões) associativa/cooperativa você está inserido? (múltipla resposta).**
☐ AFAOR; ☐ ACOMAC; ☐ ASPROVAC; ☐ APRL 3; ☐ ASPRO 2; ☐ ARUVE; ☐ APSEV; ☐ ASPRORAM; ☐ APRUPP; ☐ ENEAGRO; ☐ APRSR; ☐ APROGRECO; ☐ COOPERANDREAZZA; ☐ CREDITAG/ANDREAZZA;
 Outra, qual? _____

Termo de consentimento

Eu _____, declaro que de livre e espontânea vontade participei da pesquisa "Agricultura Familiar e seu Potencial Organizacional para o Desenvolvimento Local Sustentável".

Ministro Andreazza – RO, ____ / ____ / 2011. Assinatura: _____

Caso não queira identificar-se marque o campo seguinte ().

O pesquisador responsável por este artigo Sandro Souza da Silva, do curso de bacharel em administração pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, campus de caçoa, sob orientação da professora Simone Marçal Quintino. Esta pesquisa é de caráter sigiloso, não serão divulgados os nomes dos participantes.